



## Constitucionalidade do ICMS único divide especialistas

Tributarista disse que mudança na alíquota do imposto é inconstitucional porque deveria ser feita por lei complementar, não por resolução do Senado; economista, por outro lado, afirmou que a Casa tem “prerrogativa constitucional” para fazer a alteração

**E**specialistas que participaram de audiência ontem no Senado divergiram sobre a constitucionalidade do projeto que unifica as alíquotas estaduais do ICMS sobre bens importados e acaba com a guerra fiscal entre os estados. O tributarista Roque Carrazza diz que a mudança deve ser feita por lei complementar e não por resolução do Senado (é dessa forma que tramita na Casa). O economista Luiz Carlos Hauly, por outro lado, diz que o Senado tem competência para mudar o ICMS. Empresários disseram que os incentivos dados pelos estados aos importados estão acabando com a indústria nacional. **9**



Jorge Gerdau fala na audiência dirigida por Delcídio do Amaral (C) e Eunício Oliveira: empresários apoiam ICMS único

Jefferson Rudy/Agência Senado

## Pronatec: Senado aprova R\$ 460 milhões para ensino técnico **3**

**Trabalhador poderá ser liberado para fazer concurso **12****

**Comissão aprova dedução no IR de gastos com medicamentos **6****

**Reunião de líderes no dia 27 decidirá sobre projetos da reforma política **10****

**Placa com dados sobre desempenho de escola pública não é consenso **5****

**Lei Geral da Copa terá prioridade ao chegar ao Senado, diz Sarney **11****

Arthur Monteiro/Agência Senado



Lindbergh (E), Sarney e Romário em cerimônia que comemorou o Dia Internacional da Síndrome de Down

### Dia Internacional da Síndrome de Down celebrado no Congresso

Solenidade no Congresso comemorou ontem o Dia Internacional da Síndrome de Down, por iniciativa do deputado Romário e do senador Lindbergh Farias, pais de crianças com a síndrome. O evento também marcou o lançamento do portal Movimento Down. **7**

José Cruz/Agência Senado

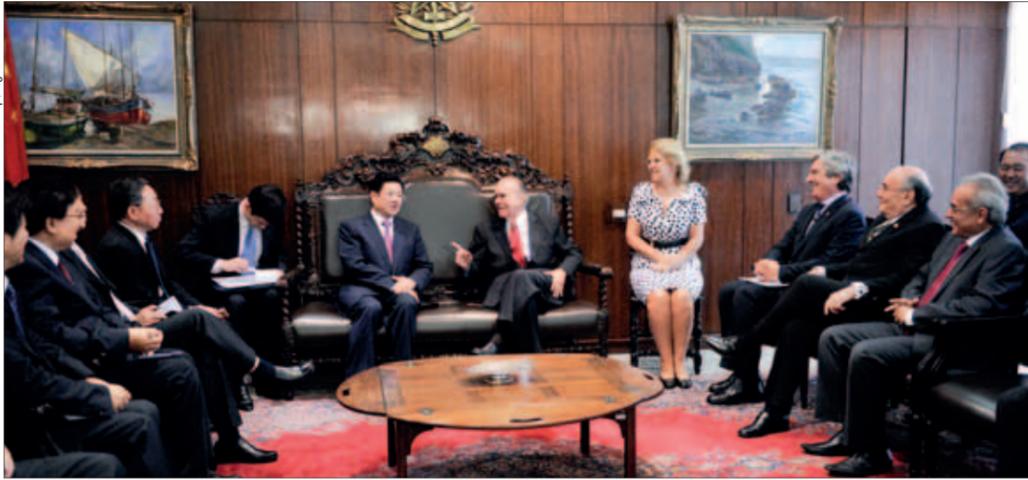


CCT debate Plano Nacional de Banda Larga e deficiências de atendimento na transmissão de dados pela internet

**Senadores da Amazônia pedem investimentos em banda larga **4****

**Senado atualiza aplicativo para iPhone e iPod **4****

Brasil e China têm desafios e oportunidades semelhantes, na opinião de representante chinês, e precisam saber aproveitá-las. Sarney diz que relação entre os dois países é muito boa e ainda pode ser fortalecida



Comitê chinês foi recebido no Senado por José Sarney (C), Marta Suplicy, Fernando Collor, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena

## Parlamentares chineses apoiam cooperação maior

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, defendeu ontem o fortalecimento da amizade entre Brasil e China e maior aproximação entre os dois países. O senador recebeu visita do vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, Wang Zhaoguo.

O brasileiro ressaltou que a relação entre as duas nações é muito boa e ainda pode ser reforçada. Ele lembrou o encontro que teve em 1988 com o líder chinês Deng Xiaoping, quando assinou acordos e expôs a importância da manutenção de sólido intercâmbio comercial.

Wang Zhaoguo, acompanhado de outros integrantes do comitê, disse

que o povo chinês sabe da importância de Sarney, considerado “um amigo de longa data” e um dos responsáveis pelo bom relacionamento atual dos dois países.

Segundo o representante chinês, Brasil e China estão em franco desenvolvimento e enfrentam desafios parecidos. As oportunidades também são semelhantes e, portanto, devem ser aproveitadas.

— Após quase 38 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre as duas

nações, há constantes avanços. Visitas feitas pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff também contribuíram — disse Zhaoguo.

O chinês lembrou que, em 2011, o comércio bilateral movimentou US\$ 84 bilhões e tende a crescer. Ciência, tecnologia e educação são áreas com potencial de cooperação.

Depois que Zhaoguo convidou os senadores brasileiros a visitarem a China, o presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), informou que o convite oficial já chegou e vai analisar com outros parlamentares e com o governo chinês agenda para a visita. Ele considerou im-

portante a vinda de congressistas chineses ao Brasil. Instalado em agosto de 2011, o Grupo Parlamentar Brasil-China tem 41 senadores e o objetivo de estreitar as relações entre o governo chinês e o Parlamento brasileiro.

A 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), que também participou do encontro, lembrou que já teve o privilégio de visitar o país asiático e que é uma honra para a Casa o convite do representante do governo chinês.

### Senadores querem chineses em eventos no Brasil

O presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE), Fernando Collor (PTB-AL), pediu que a China envie representantes “do mais alto nível” do governo chinês à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontecerá em junho no Rio de Janeiro.

Em seguida, Collor pediu que a China não faça crescer seu PIB em 7,5% em 2012, como previsto, mas sim “algo em torno de 12%”, e finalizou: — Com 12%, o Brasil ficará muito feliz e nossas relações serão melhores ainda.

Zhaoguo respondeu que a economia chinesa sempre cresce acima da meta inicial.

Cícero Lucena (PSDB-PB) falou da importância da participação de chineses na 1ª Cúpula Mundial de Legisladores, de 15 a 17 de junho, também no Rio.

— Muitos desses encontros acabam concentrando a participação dos governos e de entidades. O Parlamento, que tem papel fundamental, não tem registrado participação tão ativa. Agora, na Rio+20, vamos participar mais — disse Cícero.

## Tombini avalia cumprimento de metas de 2011

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa hoje de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 10h.

Tombini avaliará o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial. Ressaltará o impacto e o custo fiscal das operações do banco, demonstrando se tais ações resultaram em prejuízo ou lucro para o Tesouro Nacional. Avaliará

também os resultados demonstrados nos balanços referentes ao primeiro semestre de 2011.

Tombini deve ainda fazer balanço sobre os cenários econômicos nacional e internacional e ser questionado pelos parlamentares sobre a atual política de redução de juros.

O comparecimento do presidente do Banco Central a comissões do Congresso até 90 dias após o encerramento de cada semestre está previsto na

Lei de Responsabilidade Fiscal.

A audiência na CMO será realizada em conjunto com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado, e com as comissões de Finanças e Tributação (CFT), de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Cdeic) e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara.

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após às 19h25 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

### Plenário Crédito para baixa renda

14h Pauta trancada pelo PLV 6/12 (MP 550/11), sobre depósitos à vista captados para crédito de população de baixa renda e microempreendedores.

### Presidência Ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

### CRA Resíduos de agrotóxicos

8h30 Audiência pública para avaliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, em razão dos altos níveis encontrados nos alimentos, conforme noticiou a Anvisa ano passado.

### CDH Arma de fogo para agente público

9h O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, é um dos convidados de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a permissão de agente público portar arma de fogo.

### CI Ferrovia de Integração Centro-Oeste

9h Audiência pública sobre o andamento, cumprimento de cronogramas e prestação de contas da construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste. Entre os convidados, o diretor-presidente da Valec Engenharia Construção e Ferrovias, José Eduardo Castello Branco, e a secretária de Fiscalização de Obras do TCU Juliana Carvalho.

### CCT Qualidade da banda larga

9h Audiência pública para discutir a escolha e a contratação da entidade aferidora da qualidade de banda larga. Demi Getschko, membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, participa da audiência.

### Gênero e raça Instituições públicas

9h A mesa-redonda Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça: dialogando sobre gênero e raça nas instituições públicas, de iniciativa do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional, da Secretaria de Recursos Humanos. O evento ocorre no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

### CRE Indicação de embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota mensagens que indicam embaixadores para Jordânia, São Vicente e Granadinas; Sri Lanka cumulativamente a Maldivas; República Dominicana; Polônia; e Filipinas cumulativamente a Palau, a Ilhas Marshall e a Micronésia.

### Banco Central Política monetária

10h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala, em reunião conjunta de comissões temáticas do Congresso Nacional, das diretrizes, implementação e perspectivas da política monetária, creditícia e cambial — Lei de Responsabilidade Fiscal, no Plenário 2 da Câmara.

### CDR Zonas de processamento de exportação

11h A Comissão de Desenvolvimento Regional avalia projeto que trata do regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs.

### FGTS Distribuição do resultado financeiro

11h A Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que integra a Comissão de Assuntos Sociais, realiza audiência pública para debater a distribuição do resultado financeiro do fundo.

### CMA Vazamento na Bacia de Campos

14h Audiência pública sobre os danos ambientais causados pelo novo vazamento de óleo no Campo do Frade, na Bacia de Campos (RJ).

### Palestra Fundo de Participação dos Estados

15h “Diálogos legislativos: nova regulamentação do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal”. A palestra é iniciativa do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria do Senado.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego terá recursos que não foram incluídos a tempo no Orçamento de 2012. Oposição criticou a medida provisória

# Senado aprova R\$ 460 milhões para Pronatec

O MINISTÉRIO DA Educação terá crédito extraordinário de R\$ 460 milhões para oferecer bolsas a estudantes e trabalhadores no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), segundo projeto aprovado ontem pelo Senado. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/12, proveniente da Medida Provisória (MP) 548/11, segue agora para sanção presidencial.

A lei que criou o Pronatec (Lei 12.513/11) foi aprovada pelo Senado em outubro do ano passado. A bolsa para estudantes destina-se aos alunos do ensino médio público, que deverão frequentar ao mesmo tempo o curso profissionalizante. Já a bolsa para o trabalhador será concedida a beneficiários da Bolsa Família, por exemplo, que frequentem cursos de formação inicial ou continuada ou de qualificação



Marta justifica a urgência da MP pela necessidade de iniciar cursos em 2012

profissional com carga horária mínima de 160 horas.

Na discussão do projeto, Demóstenes Torres (DEM-GO), José Agripino (DEM-RN), Aloysio Nunes (PSDB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Raulo Rodrigues (PSOL-PA) consideraram a MP inconstitucional, pois não atenderia às exigências para abertura de crédito extraordinário, que incluem as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de guerra, comoção interna



A bolsa poderá ser concedida a alunos do ensino médio público que também frequentem curso profissionalizante

ou calamidade pública.

A relatora, Marta Suplicy (PT-SP), justificou a urgência pela necessidade de repassar rapidamente os recursos para que as instituições tivessem condições de iniciar os cursos de formação já em 2012.

Mesmo classificando a

MP de inconstitucional, os senadores da oposição reconheceram seu mérito. Mas Alvaro anunciou que PSDB e DEM deverão entrar com ação declaratória de inconstitucionalidade (ADI) no STF contra a MP, como alerta ao governo.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), argumentou que os recursos não puderam ser incluídos no Orçamento de 2012 porque a lei que criou o Pronatec só foi aprovada no final de 2011, quando não havia mais tempo para fazer alterações.



## Senador alerta para nova seca no Nordeste

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) manifestou ontem, em Plenário, preocupação com o agravamento da estiagem que começa a atingir o Nordeste. Segundo ele, a pouca intensidade das chuvas nos últimos dias permite prever uma seca intensa nos próximos meses. Cássio pediu a aceleração das obras de transposição do Rio São Francisco, para que o abastecimento das regiões alcançadas pelo projeto se torne realidade. Ele defendeu também a repactuação das dívidas de agricultores e de pequenas indústrias junto ao Banco do Nordeste, como antecipação aos prejuízos que serão provocados pela seca.

## Walter Pinheiro pede apoio de ministérios

Walter Pinheiro (PT-BA) manifestou preocupação com a situação dos agricultores baianos, que sofrem com a estiagem. Ele sugeriu que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debata as condições de financiamento e atendimento aos pequenos e médios agricultores com os ministros Mendes Ribeiro (Agricultura), Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) e Fernando Bezerra (da Integração Nacional).

Ele defendeu a abertura de crédito extraordinário.

— É fundamental que esses aportes sejam apresentados para que os prefeitos possam socorrer essa gente.



## Lopes: ministério quer pescado na merenda escolar

Levantamento sobre o consumo de pescado nas escolas públicas foi anunciado ontem, em Plenário, por Eduardo Lopes (PRB-RJ). A iniciativa é do ministro da Pesca e Aquicultura, o senador licenciado Marcelo Crivella. Segundo Lopes, o ministério pretende saber por que o peixe é pouco oferecido nas escolas para estimular o consumo, igualando-o ao do frango. Ele manifestou esperança de que empresários sejam atraídos pela oportunidade de negócios, baixando o custo do produto, e fez um apelo a todos os prefeitos para que os gestores de educação contribuam, respondendo ao questionário.

## Randolfe: país tem economia do século 19

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apontou o perigo de o país sofrer um processo de desindustrialização ainda maior. Ele chegou a essa conclusão após analisar dados publicados pela *Folha de S. Paulo* que mostram o Brasil com o PIB mais baixo entre as economias do G-20. Segundo o senador, isso se deve ao fato de a economia estar baseada em *commodities*.

— O mercado está demitindo trabalhador mais bem remunerado para contratar mão de obra barata. É típica característica do século 19, uma economia baseada no agro, e não na indústria. Não teremos bom futuro a seguir nesse caminho.



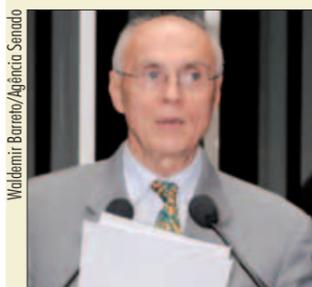
## Ana Amélia teme prejuízo a produtor de fumo

Ana Amélia (PP-RS) registrou sua participação na Expoagro/Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), em Rio Pardo (RS). Ela se disse apreensiva com decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que proibiu a venda de cigarros com sabor.

Ana Amélia teme os efeitos da medida aos pequenos produtores de tabaco. Segundo ela, 85% da produção é destinada ao exterior, gerando R\$ 3 bilhões às 230 mil famílias que se dedicam à atividade. A senadora avaliou que a reconversão da área plantada por outras culturas não pode ser feita com um produto que tenha menor valor que o fumo.

## Lauro Antônio pede incentivo a turismo rural

Lauro Antônio (PR-SE) resumiu, ontem, visita da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste a Sergipe, na segunda-feira, com o objetivo de discutir o turismo como forma de alavancar a economia nordestina. Ele informou ter apresentado dois projetos de lei: o PLS 45/12, para incentivar o turismo rural, com benefícios tributários, previdenciários e trabalhistas; e o PLS 46/12, que concede tarifa rural de energia elétrica para empresas de turismo rural, ecoturismo e de aventura. Para o senador, o turismo rural é especialmente importante para fomentar o desenvolvimento dos municípios.



O senador cita exemplo da década de 1990 em Fortaleza

## Para Suplicy, moeda complementar pode ajudar a eliminar a miséria

Eduardo Suplicy (PT-SP) salientou a importância da moeda complementar — iniciativa regional em que se usa algo que não seja dinheiro oficial para transações — e sugeriu que ações assim podem ajudar o Brasil a eliminar a miséria de parte da população.

Ele mencionou o Banco Palmas, fundado na favela Palmeira de Fortaleza na década de 1990 e que, com empréstimos a juros baixos e a moeda social, ajudou a comunidade a se reerguer. Hoje o banco tem o projeto Elas, para garantir microcrédito a produção e

consumo local e a inclusão socioproductiva, financeira e bancária de mulheres beneficiárias do Bolsa Família. Já são 3.100 mulheres atendidas.

— Se um grande número dos municípios adotar moedas com lastro no Bolsa Família e na renda básica de

cidadania, podemos acabar com a extrema pobreza até o fim do governo Dilma — disse.

Suplicy informou que hoje o criador do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo, vai detalhar os resultados do primeiro ano do projeto em encontro em Fortaleza.

Em audiência, Ministério das Comunicações disse que antecipou planos para a região; deputado afirmou temer “apagão de telecomunicações” em Manaus na Copa de 2014



Enylson Flávio Camolesi, Chico Preto, Ayrton Capella Filho, Gim Argello, Adhemar Palocci, Leandro Guerra e Marcos Mesquita participam da audiência no Senado

## Amazônia sofre com falta de rede de internet

APESAR DE RECONHECEREM que investimentos ampliaram a oferta de internet em banda larga na Amazônia, os senadores da região pediram esforços pela redução da desigualdade digital entre as regiões do Brasil. O alerta foi feito durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

— É fato que a infraestrutura de telecomunicações da região Norte tem grandes e graves deficiências. É, de longe, a região com maiores problemas e maiores necessidades de investimentos — disse o presidente da comissão, Eduardo Braga (PMDB-AM).

O presidente da Telebras, Caio Bonilha, informou que, no final do ano passado,

por decisão do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, o governo destinou R\$ 66 milhões à implantação na região do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), adiantando o início do atendimento que só ocorreria a partir de 2014, com a conclusão do linhão da Eletronorte que ligará Tucuruí (PA) a Manaus e Macapá.

— Iniciamos o resgate do isolamento da região e a integração dela à rede nacional de banda larga — afirmou Bonilha.

### Fusão

O superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Bruno Ramos, observou que a agência reguladora também tem se empenhado em expandir a oferta de

serviços de banda larga na Amazônia.

Ele citou como exemplo as condições impostas pela Anatel à anuência prévia para a fusão das empresas Oi e Brasil Telecom, com o objetivo de aumentar investimentos em infraestrutura no país, especialmente na região Norte.

A participação da Eletronorte na ampliação de serviços para a região foi explicada pelo diretor de Planejamento e Engenharia da empresa, Adhemar Palocci. Por necessidade de administração da própria rede elétrica, observou, a Eletronorte instala fibras ópticas em suas torres de transmissão. Parte da capacidade dessas fibras será utilizada pela Telebras.

As fibras, como informou, acompanharão o linhão de Tucuruí a Macapá e Manaus

e, em seguida, o linhão que chegará a Roraima.

— Vamos tirar alguns estados do isolamento elétrico e, simultaneamente, do isolamento em comunicações — observou.

### Constrangimento

O desenho inicial do PNBL não incluía a Amazônia, admitiu o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Cezar Alvarez.

Ele contou ter passado por constrangimento ao ser indagado durante uma entrevista em 2010 por que a região Norte não estava incluída no programa. A partir do ano passado, “por pressão da sociedade”, o governo adiantou investimentos para a região.

O deputado estadual Chico Preto, do Amazonas, ressaltou que a integração do país nesse

momento não pode mais ser feita apenas por meio de rodovias e hidrovias, mas também de infovias. Ele lamentou que o Amazonas enfrente um “abismo tecnológico” e questionou se não haverá possibilidade de ocorrência de um “apagão de telecomunicações” em Manaus durante a Copa de 2014.

Representantes de quatro empresas de comunicações — Oi, Telefônica, TIM e Embratel — expuseram seus planos de expansão para a Amazônia. Os representantes da Oi e da Embratel relataram os esforços das empresas para conectar a região ao resto do país por meio de fibras ópticas, enquanto os dirigentes da Telefônica e da TIM apresentaram os planos de ampliação da oferta de internet por meio de redes móveis de terceira geração.

## Senadores pedem ação do poder público

Romero Jucá (PMDB-RR) disse reconhecer os investimentos em telecomunicações na Amazônia feitos até o momento, mas pediu aos representantes do governo e das empresas privadas que acelerem o atendimento de toda a região.

Autora do primeiro requerimento de realização da audiência, Ângela Portela (PT-RR) ressaltou a “desigualdade gritante” no acesso à internet nas diversas

regiões do país. Em sua opinião, a Amazônia ainda vive uma “situação de pura exclusão digital”.

Por sua vez, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) observou que a região tem uma “carência amazônica” por serviços de banda larga e pediu que o governo não deixe o atendimento da região apenas às empresas privadas.

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou os esforços do governo

do Acre na implantação do programa Floresta Digital. Mas insistiu na necessidade de se ampliarem os investimentos no estado, para garantir “plena inclusão digital” aos seus 700 mil habitantes.

Walter Pinheiro (PT-BA), por fim, apontou a necessidade de uma “atuação cada vez mais vigorosa” do poder público na garantia de oferta de serviços de comunicações.

## Senado lança versão atualizada de aplicativo para iPhone

Já está disponível para download gratuito a nova versão do aplicativo do Senado para o iPhone e o iPod touch. O aplicativo pode ser baixado na App Store.

Ler as notícias da Agência Senado, acompanhar a agenda de atividades da Casa, acessar os arquivos do **Jornal do Senado** e da revista *Em discussão!*, ver os perfis

dos senadores e consultar as pautas e os resultados das votações são as principais funcionalidades do aplicativo.

A nova versão, adaptada ao sistema iOS 5.1, traz o serviço Senado na Mídia, com reportagens publicadas em revistas e jornais de todo o país.

O aplicativo também está disponível para celulares Android e Blackberry.

## Paulo Bauer quer liberar entidades de pagamento de direito autoral

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de proposta para isentar do pagamento de direito autoral entidades filantrópicas, escolas e creches que promovam eventos culturais beneficentes em suas sedes, com acesso a pessoas de baixa renda. A proposta altera a Lei do Direito Autoral (Lei 9.610/98).

— A flexibilização dos direitos

autorais irá promover o acesso de segmentos da sociedade à cultura em suas múltiplas acepções — argumentou Bauer, informando que também quer contribuir para o aprimoramento das normas de atuação do Escritório de Arrecadação de Direitos Autorais (Ecad).

### ICMS unificado

Ele lembrou ainda o debate, ocorrido em audiência con-

junta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre o projeto de resolução (PRS 72/10), que unifica as tarifas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos importados.

Segundo o senador, Santa Catarina deixará de arrecadar R\$ 1 bilhão por ano, se a matéria for aprovada. Bauer

referiu-se à pouca eficácia da Lei Kandir como mecanismo de compensação aos estados exportadores. E salientou que Santa Catarina colabora não apenas com receita tributária, mas com “expressiva” atividade em sua zona portuária.

— Não é só a atividade econômica que será prejudicada. Somos contra a medida por entendê-la inconstitucional — insistiu o senador.



Para Bauer, a medida irá contribuir para ampliar o acesso à cultura

## Collor : carteira de trabalho completa 80 anos

Fernando Collor (PTB-AL) lembrou em pronunciamento, ontem, o aniversário de 80 anos do decreto que criou a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

— O decreto [21.175] veio, de fato, para revolucionar as relações e os direitos trabalhistas, constituindo seus 56 dispositivos um avanço legal sem precedentes para a época. Até hoje, 80 anos depois, aqueles dispositivos ainda lastreiam as normas de registro das relações de trabalho — disse.

O senador destacou que a CTPS foi concebida e concretizada pelo primeiro ministro do Trabalho, seu avô Lindolfo Collor. A pasta foi criada em novembro de 1930 no governo Getúlio Vargas, com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Outras das realizações de Lindolfo Collor, disse o parlamentar, foram as bases da organização sindical (Decreto 19.770/31), o reconhecimento de direitos trabalhistas que dariam origem à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a extensão das caixas de aposentadoria e pensões aos trabalhadores marítimos, portuários e ferroviários e a criação das comissões de conciliação entre empregados e empregadores, embrião da Justiça do Trabalho.



Senador lembra que a CTPS foi criada por Lindolfo Collor, seu avô



Neroaldo Pontes, Gustavo Ioschpe, Cyro Miranda, José Marcelino e Maria Eveline de Queiroz: críticas a sistema de avaliação sem consulta a estados e municípios

# Especialistas divergem sobre placa que informa desempenho escolar

Audiência debateu proposta que divulga na porta das escolas a qualidade do ensino. Relação entre índice de avaliação e renda gerou polêmica

A PROPOSTA DE afixar junto à porta das escolas públicas placa com o índice de avaliação de seu desempenho, bem como a média do município e do estado onde se situam, ajuda a melhorar a qualidade da educação? A ideia dividiu os participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação e Cultura (CE).

O especialista em educação Gustavo Ioschpe disse que o mecanismo indica aos pais a qualidade do ensino e reconhece os bons professores e diretores de escolas. No entanto, para o professor José Marcelino de Rezende Pinto, da Universidade de São Paulo e da Fundação Abrinq, a proposta provocará a segregação dos alunos pobres.

José Marcelino disse que qualquer indicador que considere as notas dos alunos é fortemente influenciado pelo nível socioeconômico das famílias. Segundo ele, a escola pode oferecer bom ensino e, mesmo assim, apresentar indicador inferior ao de outra escola, em decorrência do nível socioeconômico das famílias dos alunos.

Se implementada, na avaliação de José Marcelino, a

proposta produzirá resultado oposto ao esperado: as famílias com renda maior e mais envolvidas com a escola afastarão seus filhos dos estabelecimentos com avaliação inferior. Professores com melhor formação e experiência, ainda de acordo com ele, poderão acompanhar o movimento. O problema, acrescentou, ocorreu no Chile, onde o modelo provocou “aumento da segregação e queda da qualidade no ensino”.

José Marcelino citou declarações de Diane Ravitch, ex-secretária-adjunta de Educação na administração do ex-presidente norte-americano George Bush, que adotou o sistema de *accountability* (responsabilização de professores e gestores pelo desempenho dos estudantes). Hoje, ela está convicta de que o ensino não melhorou e que, no processo, foram identificadas “muitas fraudes”.

### Renda

Gustavo Ioschpe rejeitou o uso da relação entre o indicador do desempenho da escola e o nível de renda da região para descartar a proposta. Conforme disse, por essa lógica é aceitável que o pobre seja ignorante.

— Queremos escola que ajude a corrigir as desigualdades ou as perpetue? — questionou.

A placa do desempenho escolar chegou a constar de projeto de lei de Lúcia Vânia (PSDB-GO) — o PLS 341/11. O autor do requerimento da audiência, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), pediu vista do projeto, como justificou, “não para rejeitá-lo, mas para rediscuti-lo”. Antes da realização da audiência, no entanto, Lúcia Vânia retirou a proposta.

### Federação

José Marcelino criticou o fato de as avaliações serem realizadas pelo Ministério da Educação, sem articulação com estados e municípios, e acrescentou que tais entes federados também criaram os próprios sistemas de avaliação, com “duplicação de recursos escassos e prejuízo para a construção de uma política pública minimamente articulada”.

Cássio Cunha Lima disse que o tema reflete um problema maior do Brasil, que tem custo de Federação e, ao mesmo tempo, modelo de estado unitário. Ele sugeriu que o assunto seja discutido com as propostas sobre o pacto federativo.

## Kátia Abreu: má escola tem que ser exposta

Na audiência pública de ontem, Kátia Abreu (PSD-TO) declarou-se favorável à transparência de todas as informações sobre órgãos públicos, incluindo as escolas.

Segundo ela, a placa com o desempenho escolar pode tornar-se “propulsora de grandes mudanças”.

Quanto ao argumento de que a divulgação significaria constrangimento às escolas mal colocadas, Kátia Abreu afirmou que é favorável ao embaraço imposto a diretores e secretários de Educação responsáveis por unidades em tal posição.

O professor Neroaldo Pontes, ex-secretário de Educação da Paraíba, declarou-se a favor de avaliações “corretamente feitas e divulgadas”, mas opinou que apenas a exposição dos resultados não é suficiente — é mais eficaz apoiar as escolas com resultados ruins do que apenas premiar as boas.

## Comissão unifica entendimento sobre prescrição de créditos trabalhistas

Mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) poderá encerrar polêmica sobre a possibilidade ou não de prescrição intercorrente de créditos trabalhistas. A prescrição ocorre durante a execução da ação, depois do trânsito em julgado da sentença. O Supremo Tribunal Federal (STF) admite a hipótese no âmbito da execução trabalhista, mas o Tribunal Superior do Trabalho (TST) a considera inaplicável na Justiça do Trabalho.

Projeto de lei (PLS 39/07) de Alvaro Dias (PSDB-PR) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ) com o objetivo de unificar esse entendimento.

O senador pretendia deixar expresso na CLT que, caso o credor não executasse esse tipo de ação no prazo de um ano, o juiz determinaria o arquivamento, sendo a prescrição do crédito decretada cinco anos após essa medida. O juiz só poderia determinar a prescrição se não tivesse surgido fato novo no período e após ouvir o credor e o Ministério Público do Trabalho.

Emenda apresentada pelo relator, Armando Monteiro (PTB-PE), e acolhida pela CCJ, reduziu o prazo para a Justiça

decretar a prescrição do crédito trabalhista. Em vez dos cinco anos após o arquivamento da ação, o relator estabeleceu a prescrição intercorrente do crédito trabalhista quando o

credor não praticar, por dois anos, ato de responsabilidade exclusivamente sua, do qual dependa a continuidade da execução. Antes de tomar essa decisão, o juiz deverá

consultar o Ministério Público do Trabalho.

Segundo Alvaro, a redução do prazo de prescrição é inconstitucional. Para Monteiro, o crédito trabalhista tem outra natureza.

Pedro Taques (PDT-MT) considera que o prazo menor trará prejuízo ao trabalhador. Também votaram contra a emenda Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aécio Neves (PSDB-MG). Alvaro disse que pretende reverter a alteração na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.



Para Alvaro Dias (E), a emenda de Armando Monteiro é inconstitucional

Comissão aprovou projeto que acaba com período máximo em que estabelecimento que falsifica remédio e cosmético fica fechado; interdição durará o tempo que for necessário para os investigadores

## Texto facilita investigação de remédios falsificados

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que possibilita interdição superior a 90 dias de estabelecimentos que falsificarem ou adulterarem medicamentos, cosméticos ou saneantes. Atualmente, o prazo máximo é de 90 dias.

De acordo com o substitutivo do projeto (PLS 464/11), elaborado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), as atividades do estabelecimento ficarão suspensas pelo tempo que for necessário para a realização de testes, provas e análises.

O substitutivo de Valadares proíbe o uso das instalações do estabelecimento punido para alguma prática de atividade similar enquanto durar a interdição.

Como foi aprovado em decisão terminativa pela CCJ, o PLS 464/11 só será votado pelo Plenário do Senado se houver recurso nesse sentido. Caso



Antonio Carlos Valadares, relator do projeto, que vai para a Câmara

contrário, seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Humberto Costa (PT-PE), autor do projeto, defendia na proposição original a possibilidade de que a autoridade policial ou fiscal envolvida na apuração do caso fizesse a interdição cautelar do estabelecimento fraudador, desde que identificados indícios de irregularidade.

O relator advertiu, entretanto, que a lei penal exige ordem judicial para a adoção



Humberto Costa, autor de proposta que trata de remédios e cosméticos

dessa medida, o que o levou a rejeitá-la no substitutivo.

Valadares também julgou desnecessária a proposta do autor de suspensão temporária das atividades do estabelecimento empresarial em caso de condenação penal transitada em julgado.

Em seu entendimento, o Código de Processo Penal já prevê a medida de segurança de fechamento de estabelecimento durante a execução da pena.

## Dedução de remédios no Imposto de Renda



Contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física poderão deduzir gastos com medicamentos para uso próprio e de seus dependentes do imposto devido. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto com esse objetivo, que agora será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta (PLS 147/11), de Cyro Miranda (PSDB-GO), prevê que as despesas com medicamentos sejam comprovadas por receita médica e nota fiscal. A lei em vigor (Lei 9.250/95) admite que sejam descontados do imposto a pagar gastos com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, hospitais, exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos e próteses ortopédicas e dentárias, além do custeio com a instrução regular do contribuinte e de seus dependentes.

Ao recomendar a aprovação do projeto, a relatora na CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), lembrou que o Senado acatou, recentemente, projeto similar concedendo a dedução a aposentados e pensionistas.

## Aprovados princípios para planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) confirmou ontem a aprovação do projeto de lei que estabelece princípios fundamentais a serem observados pelos planos de saúde privados. A proposta, do senador Humberto Costa (PT-PE), altera a Lei 9.656/98 e já havia sido aprovada por meio de substitutivo da senadora Ana Amélia (PP-RS). A decisão da CAS é em caráter terminativo (só segue ao Plenário se houver recurso) e vai à Câmara.

O PLS 475/11 visa garantir o direito dos pacientes à informação sobre seu estado de saúde e estimular o parto normal. A proposta também estabelece como princípios a integralidade das ações em saúde, de acordo com a segmentação contratada, a atenção multiprofissional e o respeito à autonomia e à integridade física e moral dos assistidos. O texto ainda exige ações que promovam a saúde e previnam doenças, bem como evitem a estigmatização dos pacientes.

O texto também prevê o estímulo a práticas assistenciais alternativas na atenção aos transtornos mentais, bem como a utilização da epidemiologia para o monitoramento da qualidade das ações e para a gestão em saúde.

## Comissão atualiza lei dos técnicos em radiologia

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que inclui os bacharéis em Ciências Radiológicas e os tecnólogos em Radiologia na lei que regulamenta o exercício da profissão de técnico em radiologia.

O projeto (PLS 26/08) é de Paulo Paim (PT-RS) e foi aprovado por meio de substitutivo da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Paim argumenta que a evolução de equipamentos e técnicas de radiologia exigiu a ampliação e a diversificação da formação dos profissionais, levando à necessidade de atualização da lei.

O texto regulamenta a atuação profissional em radiologia, imagenologia, medicina nuclear, radiologia e irradiação industrial e radioinspeção de segurança.

As alterações na proposta, explicou a relatora, foram feitas de acordo com sugestões das categorias envolvidas.

De acordo com o projeto aprovado na CAS, podem exercer atividades nessas áreas os portadores de diploma superior com grau de bacharel em Ciências Radiológicas, de diploma superior com grau de tecnólogo em Radiologia e de certificado de conclusão do ensino médio, com formação mínima de técnico em Radiologia com habilitação específica.

Esses profissionais devem estar inscritos no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia. Atividades de pesquisa e ensino ficam restritas aos bacharéis.

O substitutivo assegura o exercício da profissão aos que atuavam na área antes de junho de 1986.

Segundo Paulo Davim (PV-RN), alguns equívocos ainda permanecem no texto e deverão ser modificados na Câmara ou quando o projeto voltar ao Senado.

Um dos pontos é a previsão de que exames de ultrassonografia sejam realizados apenas por técnicos em radiologia. Esses exames, observou o senador, que é médico, exigem que o profissional tenha conhecimento de anatomia e patologias. Além disso, as análises são feitas com procedimentos muitas vezes invasivos.

— Não há, na realização de ultrassonografia, alguma etapa que o técnico em radiologia possa realizar. Muitos exames são invasivos, para drenagem ou retirada de fragmentos, ou intracavitários — explicou.

### Ressonância

O senador observou que a obtenção de imagem por ressonância magnética, ao contrário do que diz o projeto, não submete o operador a radiação ionizante. Assim, em sua visão, a atividade não deve ser incluída na lei que trata da profissão de técnico em radiologia. A exigência de que apenas esses técnicos possam exercer a profissão também recebeu crítica do senador. Para ele, outras categorias, como a de biomédico, podem ser habilitadas a operar o equipamento radiológico.

Sobre a inscrição no Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, Davim ressaltou que os médicos radiologistas já são inscritos no Conselho Federal de Medicina, sendo desnecessária a inscrição nos dois órgãos.



Vanessa, Davim, Paim e Vicentinho, na Comissão de Assuntos Sociais



Senador quer mais transparência

## Capiberibe propõe transmissão ao vivo de licitações públicas

João Capiberibe (PSB-AP) anunciou ontem a apresentação de projeto para tornar as licitações públicas mais transparentes. Segundo disse, não é possível permitir que o processo aconteça em salas reservadas e sem fiscalização,

como foi mostrado domingo em reportagem de TV.

— A lei vai prever espaço reservado, com câmeras, transmitindo direto para a internet todo o processo licitatório — explicou o senador.

Capiberibe lembrou que

compras e gastos federais já estão detalhados no Portal da Transparência. O que precisa ser modificado, em sua opinião, é o processo licitatório.

— É necessário que a sociedade se organize, que a UNE lidere um grande movimento

pela transparência — disse.

O senador disse que três empresas citadas pela reportagem — Toesa, Bella Vista e Rufolo — fecharam contratos no valor total de R\$ 177 milhões, de 2003 a 2010, com o governo federal e o estado do Rio.

Portal na internet sobre o tema e consulta pública a procedimentos para atendimento na rede de saúde foram lançados durante a cerimônia conjunta de Senado e Câmara

# Síndrome de Down tem dia de homenagens

O DIA INTERNACIONAL da Síndrome de Down foi celebrado ontem pelo Congresso com homenagens a pessoas, organismos e instituições que promovem ações e projetos de inclusão social. A cerimônia foi uma iniciativa do deputado federal Romário (PSB-RJ) e do senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Ambos são pais de crianças com a síndrome.

O evento também marcou o lançamento do portal Movimento Down ([www.movimentodown.org.br](http://www.movimentodown.org.br)) e da consulta pública do Protocolo de Saúde para a Síndrome de Down, que estabelece procedimentos padronizados para o atendimento na rede de saúde.

O Dia Internacional da Síndrome de Down foi proposto pela Down Syndrome International como o dia 21 de março porque a forma numérica da data — 3/21, em inglês — alude à trissomia do cromossomo 21, responsável pela síndrome. A data foi reconhecida por resolução da ONU em dezembro do ano passado e é resultado de esforço liderado pelo Brasil.



Portadores da síndrome de Down participam da cerimônia e divulgam arte

Entre os homenageados durante a cerimônia, estavam Evaldo Mocarzel, diretor do documentário *Do Luto à Luta*, que retrata as dificuldades e potencialidades dos portadores da síndrome de Down; a presidente da ONG Meta Social, Helena Werneck; e João Roberto Marinho, das Organizações Globo, pelo trabalho desenvolvido em relação ao tema.

Também receberam homenagem o estudante universitário Kalil Assis Tavares, portador da síndrome, por sua

aprovação em primeiro lugar para o vestibular de Geografia na Universidade Federal de Goiás; o assessor parlamentar Rodrigo Marinho de Noronha, pelo trabalho de inclusão desenvolvido na Câmara dos Deputados; além de Breno Viola, editor de conteúdo do portal Movimento Down.

Houve ainda exposições de pinturas e fotos feitas por portadores de síndrome de Down, apresentações musicais e do grupo de dança Eu Danço, formado por portadores de necessidades especiais.

## Brasil liderou negociação pela aprovação da data

O Brasil ratificou em 2008 a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. Foi o primeiro passo para o país se lançar como líder nas negociações pela aprovação da data pela ONU. O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou que foi uma conquista do governo brasileiro e foi complementado pelo ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

— O protagonismo do Brasil está relacionado ao engajamento da sociedade brasileira — disse Patriota.

A denominação da síndrome vem do sobrenome do médico

inglês John Langdon Down, que em 1866 fez as primeiras observações detalhadas sobre esse grupo de pessoas.

A síndrome de Down não é uma doença. É uma ocorrência genética natural que acontece por motivos desconhecidos, na gestação, durante a divisão das células do embrião. É uma alteração cromossômica, quando crianças nascem dotadas de três cromossomos (trissomia) 21, e não dois, como o habitual. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a cada 800 partos, nasce uma criança com síndrome de Down.



Sarney dá diploma a João Roberto Marinho, um dos homenageados

## Portal de movimento terá conteúdo com acessibilidade intelectual

Em parceria com universidades, instituições e empresas, o portal Movimento Down terá recursos de acessibilidade intelectual a indivíduos com a síndrome. O objetivo é torná-lo uma fonte de referência sobre o assunto no país.

Segundo Breno Viola, diretor de conteúdo do portal, o endereço virtual [www.movimentodown.org.br](http://www.movimentodown.org.br) terá conteúdo qualificado e ao mesmo tempo acessível. Um dos principais diferenciais da plataforma, explicou, é permitir o acesso aos portadores da síndrome de Down, estimulando-os a desenvolver

todas as suas potencialidades.

Segundo Lindbergh, o portal da internet vai ajudar a promover a troca de informações entre famílias e especialistas na área.

As atividades do projeto não ficarão restritas à internet. Um censo pioneiro, atualmente em curso na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, e realizado em parceria com a entidade Redes de Desenvolvimento da Maré, servirá como piloto para o início de um mapeamento inédito da síndrome de Down, que vai ajudar na criação de novas políticas públicas de atendimento.

## Plano do governo tem ações específicas para pessoas com síndrome

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, apresentou programa de ações, incluídas no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Viver Sem Limite, específicas para pessoas com síndrome de Down. “Os limites não estão na pessoa com deficiência, mas na sociedade”, disse. Segundo o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, 83% dos municípios do país já têm salas de aula com recurso multifuncional. Ele disse que hoje há 558 mil brasileiros com deficiência matriculados em escolas e que, em 2000, havia apenas 81 mil.

## Parlamentares apontam avanços, mas pedem mais políticas públicas

Durante a cerimônia conjunta do Senado e da Câmara, parlamentares foram unânimes em apontar avanços no que se refere ao tema, mas salientaram a necessidade de garantir políticas públicas que coloquem os portadores da deficiência em condições de igualdade.

Sarney lembrou que, ao chegar à Presidência da República, em 1985, criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), que possibilitou a participação dessas pessoas nas ações governamentais.

Para o senador, a Lei 7.853/89, sobre o apoio aos deficientes, elaborada pela Corde, é até hoje um modelo para o setor. Sarney citou que três de seus tios eram portadores da síndrome.

— O apoio médico e pedagógico, desde o nascimento, às pessoas com síndrome de Down, não é um favor. É

dever do Estado, de cada um de nós e um direito que eles têm — disse Sarney.

Pai de Ivy, portadora da síndrome, o deputado Romário avalia que o Brasil está avançando em relação a políticas públicas, mas ainda há muito a ser feito.

— Infelizmente, preconceitos ainda existem — disse.



Cavaquinista faz apresentação durante evento no Salão Negro

## Lindbergh: “Uma filha com Down não é um problema, é uma alegria”

Pai de Beatriz, que tem Síndrome de Down, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) garantiu não haver nada de triste na situação.

— Ter uma filha com síndrome de Down não é problema nenhum. É uma alegria, é uma maravilha, é a melhor coisa do mundo! Não troco minha filha por nada — disse.

Segundo o senador, a solenidade de homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down no Congresso “não foi só comemoração. Foi um dia de muitas vitórias e muitos anúncios”. Ele citou algumas conquistas do Movimento Down:

— Neste dia 21 de março, está acontecendo, em Nova York, uma conferência da ONU sobre o mesmo tema, com participação de muitos países — disse.

Outra conquista citada por Lindbergh foi a criação de um protocolo de saúde específico para portadores da síndrome.

— Infelizmente, muitas crianças morrem porque os profissionais de saúde não sabem de todos os procedimentos que devem ser tomados, por exemplo, no nascimento — pontuou.

Em apartes, Vital do Rêgo (PMDB-PB), Magno Malta (PR-ES), Wellington Dias (PT-PI), Eduardo Suplicy (PT-SP), Paulo Davim (PV-RN), Ana Amélia (PP-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Paulo Paim (PT-RS), Jorge Viana (PT-AC) e Walter Pinheiro (PT-BA) também comemoraram as conquistas. Sarney atribuiu a maior parte do sucesso da cerimônia de ontem ao comprometimento de Lindbergh.



Lindbergh e Romário entregam condecoração a portador da síndrome

## Jucá é confirmado relator do Orçamento da União para 2013

Os partidos definiram a composição da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para 2012. A leitura das indicações foi realizada terça-feira por Eduardo Suplicy (PT-SP), que presidia a sessão deliberativa.

Como já anunciado pelo líder do PMDB no Senado,

Renan Calheiros (AL), o relator do Orçamento deve ser Romero Jucá (PMDB-RR), ex-líder do governo na Casa.

A presidência da comissão, obedecendo à regra de rodízio, caberá a um deputado federal. O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) presidiu a CMO em 2011.

### Integrantes da CMO

TITULARES	SUPLENTES
<b>SENADORES</b>	
<b>Bloco de apoio ao governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
• Wellington Dias (PT-PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
• Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Ângela Portela (PT-RR)
• Paulo Paim (PT-RS)	3.
<b>Bloco parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)</b>	
• Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
• Ciro Nogueira (PP-PI)	2. Sérgio Souza (PMDB-PR)
• Clésio Andrade (PMDB-MG)	3. Benedito de Lira (PP-AL)
<b>Bloco parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)</b>	
• Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
• Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2.
<b>PTB</b>	
• Armando Monteiro (PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (RR)
<b>PR</b>	
• Vicentinho Alves (TO)	1. Antonio Russo (MS)
<b>PSD</b>	
• Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
<b>DEPUTADOS</b>	
<b>PT</b>	
• João Paulo Lima (PE)	1. Cláudio Puty (PA)
• Josias Gomes (BA)	2. Leonardo Monteiro (MG)
• Paulo Pimenta (RS)	3. Rubens Otoni (GO)
• Waldenor Pereira (BA)	4. Vander Loubet (MS)
• Zeca Dirceu (PR)	5. Vanderlei Siraque (SP)
<b>PMDB</b>	
• Aníbal Gomes (CE)	1. Joaquim Beltrão (AL)
• Eliseu Padilha (RS)	2. Hugo Motta (PB)
• Leandro Vilela (GO)	3.
• Osmar Serraglio (PR)	4.
• Mauro Lopes (MG)	5.
• Edio Lopes (RR – vaga cedida pelo PMN)	6.
<b>PSDB</b>	
• Carlos Alberto Leréia (GO)	1.
• Reinaldo Azambuja (MS)	2.
• Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA)	3.
<b>PP</b>	
• Lázaro Botelho (TO)	1. Roberto Balestra (GO)
• Renato Molling (RS)	2. Toninho Pinheiro (MG)
• Cida Borghetti (PR)	3. Waldir Maranhão (MA)
<b>DEM</b>	
• Eli Correa Filho (SP)	1. Augusto Coutinho (PE)
• Felipe Maia (RN)	2. Lira Maia (PA)
• Professora Dorinha Seabra Rezende (TO)	3. Luiz Carlos Setim (PR)
<b>PR</b>	
• João Maia (RN)	1. Giacobbo (PR)
• Luciano Castro (RR)	2. Jaime Martins (MG)
<b>PSB</b>	
• Paulo Foletto (ES)	1. Sandra Rosado (RN)
• Laurez Moreira (TO)	2. Antonio Balhmann (CE)
<b>PDT</b>	
• Giovanni Queiroz (PA)	1. Félix Mendonça Júnior (BA)
• Paulo Rubem Santiago (PE)	2. Marcos Rogério (RO)
<b>Bloco parlamentar (PV/PPS)</b>	
• Arnaldo Jardim (PPS-SP)	1. Roberto de Lucena (PV-SP)
• Paulo Wagner (PV-RN)	2. Stepan Nercessian (PPS-RJ)
<b>PTB</b>	
• Arnon Bezerra (CE)	1. Antonio Brito (BA)
<b>PSC</b>	
• Ratinho Junior (PR)	1. Leonardo Gadelha (PB)
<b>PCdoB</b>	
• Osmar Júnior (PI)	1.
<b>PMN</b>	
(Vaga cedida ao PMDB)	(Vaga cedida ao PMDB)

## Senadores divergem sobre alíquotas do ICMS

Vários senadores fizeram pronunciamentos sobre o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, que unifica o ICMS praticado pelos estados na importação de produtos do exterior. Para Vanes-

sa e Pinheiro, medida é importante contra a guerra fiscal entre estados. Casildo falou das perdas de Santa Catarina com o projeto. Davim disse que o pacto federativo depende da descentralização de recursos.

### Para Vanessa, AM é o mais prejudicado por alíquotas diferenciadas



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou, em pronunciamento ontem, apoio “irrestrito e integral” ao projeto que unifica as alíquotas do ICMS para produtos importados.

A senadora disse que o Amazonas é o estado mais prejudicado com a redução de alíquotas do imposto por outras unidades da Federação. Para ela, seu estado é o único com “condições legais e mandato constitucional” para praticar incentivos fiscais. Vanessa lembrou que o Polo Industrial de Manaus tem seu modelo baseado em incentivos.

— A Zona Franca de Manaus sofre muito com a guerra fiscal — afirmou a parlamentar, que, no entanto, defendeu compensação aos estados que terão perdas caso o PRS 72/10 seja aprovado.

### Casildo afirma que Santa Catarina poderá perder R\$ 1 bi por ano



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) reclamou dos prejuízos que a aprovação do PRS 72/10 poderá causar a seu estado. Segundo

ele, o governador Raimundo Colombo estima que Santa Catarina sofrerá perdas de cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

— Perderíamos, ainda, empresas importadoras já instaladas e outras em fase de negociação deixariam de vir. Os nossos portos, cinco no total, hoje já estruturados, não seriam mais atrativo — afirmou o senador.

Casildo disse ser necessário estudo para verificar se essas medidas trarão os efeitos esperados ou aprofundarão as desigualdades do país. O senador também afirmou que, caso confirmada, a uniformização de alíquotas deveria ser feita “de modo gradual e não de supetão”.

### Pinheiro: é preciso um “ tiro de morte ” na guerra fiscal



José Cruz/Agência Senado

Walter Pinheiro (PT-BA) disse terça-feira que o Senado precisa encontrar um caminho para discutir

o pacto federativo do país. O senador reconheceu que o tema é difícil, porque lida com interesses orçamentários de cada ente da Federação.

Segundo o parlamentar, a questão do ICMS, tema de projeto de resolução do Senado, não pode ser vista sob o interesse de um único estado. O projeto uniformiza as alíquotas do imposto para produtos importados do exterior.

Pinheiro acredita que a discussão sobre o ICMS pode ser o início do debate sobre um novo pacto federativo.

— É preciso dar um “ tiro de morte ” na guerra fiscal — disse.

### Pacto pede descentralização de recursos, diz Davim



Márcio Kalume/Agência Senado

Ao defender a revisão do pacto federativo, Paulo Davim (PV-RN) afirmou ontem que estados e municípios não têm condição de arcar com mais responsabilidades se, em contrapartida, não receberem os recursos necessários que lhes garantam sustentação.

O parlamentar lembrou que a Constituição de 1988 manteve o país como uma federação, sendo essa uma cláusula que não pode ser modificada. Porém, para que seja viabilizado o pacto federativo, disse, é preciso desconcentrar os recursos arrecadados.

— As contínuas e acirradas discussões são uma demonstração do descontentamento com o modelo tributário que concentra tudo que é arrecadado nas mãos da União.

### Cyro Miranda defende mais deduções no IR

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que é preciso fazer uma “reengenharia tributária” para desonerar a classe média, ao defender a revisão das tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física (IR) para aumentar e incluir novos montantes de deduções.

A “mordida do Leão” do Imposto de Renda, disse o senador, esconde distorções na forma como a tabela é corrigida e nas deduções permitidas ao cidadão comum.

Para Cyro Miranda, a concepção do imposto é distorcida, já que o trabalhador não vive de renda decorrente de investimentos, mas de salário, que não pode ser considerado renda. A desoneração da classe média, disse Cyro Miranda, contribuiria para a formação de poupança interna, essencial para baixar os juros sem correr risco de inflação.

## Senado aprova programação monetária

O Senado aprovou ontem a programação monetária enviada pelo Executivo para o quarto trimestre de 2011 e para o primeiro trimestre de 2012. Elaborada pelo Banco Central, a programação trata das estimativas de agregados monetários

e de metas econômicas.

De acordo com as perspectivas referentes ao último trimestre de 2011, o cenário para a inflação apresentava sinais favoráveis. Segundo o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), a programação expressou

consonância com a expectativa de queda da inflação. Também com parecer favorável de Jucá, a programação para o primeiro trimestre de 2012 registrou a possibilidade de pressões sobre a taxa de inflação no início do ano.

Em audiência no Senado, tributarista argumenta que unificação das alíquotas estaduais por meio de resolução é inconstitucional e deve ser feita por lei complementar

# Novo ICMS para importado divide especialistas

A CONSTITUCIONALIDADE DO projeto que uniformiza em todo o país a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre bens importados (PRS 72/10) dividiu especialistas.

No debate realizado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto foi apontado como inconstitucional pelo tributarista Roque Carrazza e como legal pelo economista Luiz Carlos Haully, secretário de Fazenda do Paraná.

O projeto, de Romero Jucá (PMDB-RR), tenta acabar com a guerra fiscal entre os estados. Alguns deles, em desrespeito à legislação do ICMS, criaram incentivos para favorecer a importação de bens em seus territórios — aquecendo suas economias, mas prejudicando os produtos nacionais. O substitutivo do projeto estabelece uma alíquota nacional de 4%.

Segundo Roque Carrazza, a proposta é inconstitucional: segundo o artigo 155 da Constituição, cabe a lei complementar (e não a uma resolução do Senado) regular a forma como incentivos fiscais serão



Sindicalistas protestam no Senado contra invasão de produto importado

concedidos ou revogados.

Além disso, os artigos 151 e 152 dizem que não pode haver discriminação tributária em razão da origem ou do destino de bens — importados não podem ter tratamento tributário diferente do dado aos nacionais.

## Ave migratória

O professor de direito tributário da USP Heleno Taveira Torres concordou com parte dos argumentos de Carrazza. Para ele, o projeto original de Jucá, que fixa em zero a alíquota de ICMS para importações, fere a Constituição, uma vez que pode ser considerado incentivo

fiscal. Só poderia ser apresentado como lei complementar.

Outro problema, apontou, é o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), do qual o Brasil faz parte, que veda tratamento tributário diferenciado a qualquer produto dentro do país.

A solução apresentada por Torres é parecida com o substitutivo em discussão: criar uma alíquota de 4% para o ICMS sobre produtos importados, como já está sendo proposto, e também estendê-la aos produtos nacionais.

Para Haully, nenhum estado perde recursos com o projeto. Ele afirmou que o Senado tem prerrogativa constitucional para fazer a reforma do ICMS. Ele se baseou em parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Haully comparou a empresa que usa os benefícios fiscais para importação a ave migratória: tão logo usufrui as vantagens, parte para outro estado em busca de oportunidades.

Para ele, os incentivos dos estados para atrair empresas deveriam ser com financiamento e investimento no setor.

— A empresa com incentivos quebra outra que não os tem.

## Para empresas, alíquota única protege indústria nacional

Representantes do setor industrial disseram que o Brasil vive um quadro de desindustrialização, resultante principalmente da concorrência com produtos importados.

Em audiência das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pediram a aprovação do projeto que uniformiza em todo o país a alíquota de ICMS sobre bem importado (PRS 72/10).

Os presidentes das principais associações industriais falaram em demissões em massa e perda de receita. E enfatizaram que os incentivos fiscais concedidos por alguns estados às importações quebra a isonomia

competitiva dos produtos nacionais, que continuam pagando todos os impostos integralmente.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, Aguinaldo Diniz Filho, afirmou que a indústria têxtil no Brasil, dentro da fábrica, tem custo e produtividade iguais aos de qualquer outra indústria do ramo no mundo. A diferença se manifesta “do lado de fora”, por meio do custo Brasil dos produtos nacionais e dos incentivos fiscais dados à concorrência estrangeira.

Para Luiz Aubert Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o Brasil passa por um processo “virulento de desindustrialização”, podendo deixar de se tornar uma potência e virar “uma colônia da China”.

— O empresário hoje ganha mais importando. Não tem risco trabalhista, é muito mais fácil. O empresário não acaba, vai buscar soluções. Mas a indústria acaba. Não existe país desenvolvido sem indústria de transformação desenvolvida — disse ele, usando como exemplo o setor têxtil, que não estaria mais importando máquinas têxteis, mas sim o tecido pronto.

O empresário Jorge Gerda, conselheiro do Instituto Aço Brasil, argumentou que a aprovação do PRS 72/10 é “a

primeira etapa na tentativa de corrigir um pouco essa distorção absoluta que é a guerra fiscal em nosso sistema tributário.”

O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, afirmou que o governo federal precisa resolver de uma vez a “guerra dos portos”. Ele citou o caso do setor de tubos para cosméticos, fabricados por seis empresas no Sudeste ao custo de R\$ 36 o milheiro. O similar chinês chega ao país por R\$ 4. Há algumas semanas, as empresas fecharam e 6 mil trabalhadores ficaram sem emprego.

O sindicalista acusou os governadores de estarem pensando só em seus próprios estados, sem levar em consideração o desenvolvimento do país como um todo.

Para o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), a audiência pública de ontem mostrou que o debate sobre o PRS 72/10 é apenas o início de uma discussão mais profunda sobre medidas de desenvolvimento do país.



Luiz Aubert, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, fala em audiência no Senado

## Senadores querem reforma tributária no país

Após a audiência sobre o PRS 72/10, Kátia Abreu (PSD-TO) disse que “excrescências econômicas”, como as reduções de impostos sobre importações, “praticadas pelos estados diante do desespero de fazer frente às suas despesas com receitas cada vez mais reduzidas” são frutos do imobilismo do Congresso.

A senadora, que preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), criticou a omissão do Senado e da Câmara dos Deputados,

que ainda não votaram as reformas necessárias ao país.

Já Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que a regulamentação da cobrança de ICMS sobre importados não resolve os conflitos federativos do Brasil, mas é o primeiro passo.

— É a oportunidade de mitigar um quadro grave que se abate sobre indústria brasileira: os incentivos estaduais aos importados hoje desequilibram a concorrência empresarial, desestimulam a formação de investimentos

em capital fixo e, consequentemente, penalizam os trabalhadores — disse o senador.

Para Casildo Maldaner (PMDB-SC), o PRS 72/10 “pode até ser o início da solução do problema federativo, mas sufoca os 14 estados que cobram imposto menor de produtos importados”. Paulo Bauer (PSDB-SC) disse que sucessivos governos não enfrentaram a reforma tributária. Ele defendeu a redução da carga tributária e a desoneração da folha de pagamentos.

## Solução não deve prejudicar estados importadores, alertam senadores

O autor do projeto que unifica o ICMS, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o texto não discrimina os produtos importados, mas acaba com a discriminação contra os produtos nacionais.

O senador afirmou que, apenas nos dois primeiros meses deste ano, 5 mil trabalhadores foram demitidos na Zona Franca de Manaus em razão de importações de motocicletas e aparelhos de ar-condicionado.

Ele defendeu uma solução negociada, que não prejudique

os estados que encontraram nos benefícios concedidos aos produtos importados uma importante fonte de arrecadação.

Blairo Maggi (PR-MT) manifestou preocupação sobre o futuro desses estados. Ele afirmou que não se deve “colocar em grandes dificuldades” esses estados — 14, segundo ele.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que Jucá quis “queimar etapas” ao propor uma resolução no lugar de um projeto de lei complementar.



Vital do Rêgo e Eunício Oliveira ouvem Eduardo Braga, que aponta necessidade de reunião de líderes para discutir votações

## Agenda para votar reforma política será definida terça

Os senadores não conseguiram votar ontem, em sessão extraordinária, projetos que tratam do tema. Com isso, Sarney marcou reunião de líderes para a terça visando redefinir o calendário de votações

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, deverá se reunir com líderes partidários na terça-feira para definir nova agenda de votação de propostas da reforma política, conforme informou o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM). Cinco propostas que integram a reforma, prontas para votação, estavam na agenda da sessão extraordinária realizada ontem, mas não chegaram a ser analisadas.

— Quem sabe faltou uma reunião de líderes como essa que vamos realizar — observou Braga, ao justificar a impossibilidade de votação das matérias na sessão extraordinária.

Entre os cinco textos prontos para votação, há três propostas de emenda constitucional (PECs). A primeira matéria na agenda, PEC 37/11, reduz de dois para um o número de suplentes de senador e proíbe que o suplente seja cônjuge ou parente do candidato. Também prevê novas eleições no caso de vacância permanente do cargo.

Em pronunciamentos antes da ordem do dia, diversos senadores defenderam a proposta, que integra o conjunto de 11 matérias apresentadas pela Comissão de Reforma Política. Francisco Dornelles (PP-RJ), que presidiu a comissão, lembrou que as mudanças nas regras para suplente

de senador foram aprovadas por unanimidade pelo colegiado.

Dornelles também apontou consenso em torno da PEC 38/11, que muda a data da posse de presidente da República para o dia 15 de janeiro e a de governadores e prefeitos para 10 de janeiro. O texto original também previa mandato de cinco anos para presidente e governadores, mas essa proposta foi rejeitada quando da tramitação na CCJ.

A terceira PEC (42/11) determina que qualquer alteração no sistema eleitoral dependerá de aprovação em referendo popular. Há também dois projetos de lei na agenda (*leia abaixo*).

## Financiamento de campanha e fidelidade partidária

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA) apoiaram na sessão de ontem projeto que estabelece o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais (PLS 268/11), também pronto para votação.

A proposição tem a concordância de Humberto Costa (PT-PE), que, no entanto, defende mudança no PLS 266/11, sobre fidelidade partidária. O texto prevê que não ocorrerá perda de mandato quando

a desfiliação acontecer por justa causa.

A PEC 40/11, que restringe coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias — para presidente da República, governador e prefeito —, estava na pauta para a última sessão de discussão em primeiro turno e recebeu muitas críticas. Foram apresentadas emendas de Plenário, que serão analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes da votação.

Autor de uma das emendas, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defende a possibilidade de dois ou mais partidos se unirem para criar uma federação partidária.

Vanessa Grazziotin também criticou o fim das coligações em eleições proporcionais, opinião compartilhada por Lídice da Mata.

A partir da reunião de líderes anunciada por Eduardo Braga, deverá ser marcada nova data para votação em Plenário.

## Oposição condena nomeação de diretores interinos para a ANTT

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), manifestou ontem sua “insatisfação e estranheza” diante da nomeação, por decreto, de diretores interinos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da retirada dos nomes indicados para sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Para ele, a presidente Dilma Rousseff deve explicações.

— Não estou me referindo à falta de respeito com o Congresso, porque é habitual. É falta de respeito com o povo brasileiro — disse o senador.

Para ele, a presidente pode estar sendo pressionada para submeter outros nomes para a ANTT.

Demóstenes Torres (GO), líder do DEM, lembrou a atribuição privativa do Senado de aprovar as indicações para esses cargos e classificou o decreto como inconstitucional.

— Se compete privativamente ao Senado, é uma forma de usurpar uma função — criticou o senador, que salientou os princípios de independência e autonomia que regem as agências reguladoras em todo o mundo.

José Agripino (DEM-RN) também protestou contra a nomeação de interinos, lembrando que um decreto

presidencial não pode se sobrepor à Constituição e ao regulamento das agências reguladoras. Em nome de seu partido, o parlamentar confirmou que será apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra o decreto.

Em resposta, o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que a presidente tomou a providência em respeito ao Senado, cuja decisão de rejeitar a recondução de Bernardo Figueiredo à direção-geral da ANTT levou à necessidade de um “redesenho” da estratégia do governo em relação à agência.

— O governo federal está avaliando a ANTT para que possa fazer indicações definitivas mas, ao mesmo tempo, com a consciência de que não pode paralisar um setor tão prioritário e importante para a nação.

Para Alvaro Dias, no entanto, a explicação de Eduardo Braga não convenceu. Ele pediu esclarecimento quanto à retirada, em curto espaço de tempo, dos nomes já encaminhados.

— Se os nomes eram qualificados, não seriam poucos dias que poderiam alterar [essa condição].

**Governo estuda nova proposta para agência; DEM anuncia que irá acionar o Supremo**



Agripino (E) argumenta que decreto não se sobrepõe à Constituição

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Senado cria comissão para acompanhar obra de transposição do rio São Francisco

O Plenário do Senado aprovou ontem a criação de uma comissão temporária externa para acompanhar as obras da transposição do rio São Francisco por 12 meses. O requeri-

mento é do senador Cícero Lucena (PSDB-PB). O próximo passo será a indicação, pelos líderes dos partidos, dos cinco membros titulares e dos cinco suplentes.

## Segundo Kátia Abreu, produtores rurais fazem “ambientalismo com consciência”

Kátia Abreu (PSD-TO) explicou a proposta que a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), a qual preside, apresentou no Fórum Mundial da Água, na semana passada, na França: a criação de áreas de preservação permanente (APPs) em todo o mundo.

Segundo a senadora, a iniciativa tem por objetivo propor um debate internacional sobre a proteção das nascentes, das margens de rios e das áreas de recarga dos aquíferos — que, no Brasil, formam as APPs. São áreas frágeis, de preservação obrigatória.



Senadora Kátia Abreu

No fórum na França, disse Kátia Abreu, foi possível observar que se discute muito a democratização ao acesso da água, mas não a proteção dessas fontes.

— Nossa proposta de APP mundial, de preservação das matas ciliares, vem preencher essa lacuna — explicou ela.

Para Kátia Abreu, a proposta apresentada pela CNA é “ambientalismo com consciência, e não com paixão”. Na opinião da senadora, é importante mostrar a todo o mundo o trabalho de proteção das APPs que os produtores rurais do Brasil fazem.

## João Durval pede ao governo que pesquise e financie energia solar

João Durval (PDT-BA) alertou para a necessidade de o governo ampliar a utilização do potencial brasileiro de energia solar.

— Agora que fazemos parte do grupo de países emergentes e, com novos patamares de crescimento econômico, precisamos aumentar rapidamente a geração de energia e investir com vigor na pesquisa, no financiamento e na produção de energias alternativas, atualizando a nossa matriz energética, para não correremos o risco de racionamento e de estrangulamento



Senador João Durval

do setor produtivo.

O senador afirmou que o Brasil apresenta grandes vantagens em comparação com a maioria dos países. O país tem a maior área territorial dos trópicos, recebendo grande quantidade de irradiação solar, lembrou.

Citando o pesquisador Ricardo Rüther, da Universidade Federal de Santa Catarina, Durval disse que Florianópolis, “o lugar menos ensolarado do Brasil”, recebe 40% mais energia solar do que o lugar mais ensolarado da Alemanha.

## Jucá discute com Dilma federalização de empresa de energia elétrica



Romero Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou na terça-feira encontro com a presidente da República, Dilma Rousseff, na companhia do governador de Roraima, José Anchieta Júnior, para tratar de assuntos de seu estado. Um dos temas, relatou, foi a federalização da Companhia Energética de Roraima (CERR). Jucá disse que também foi discutido o programa de desmatamento zero de Roraima. Por fim, a seu pedido, informou, Dilma marcou para 19 de abril audiência com o presidente da Guiana, Donald Ramotar, para tratar da conclusão do asfaltamento da estrada que liga o Brasil à capital da Guiana, Georgetown, além da construção de hidrelétricas.



Anibal Diniz

Anibal Diniz (PT-AC) apresentou projeto que convoca plebiscito sobre a alteração do horário legal no Acre, Amazonas e Pará. Segundo o senador, as populações do Amazonas e do Pará não foram consultadas sobre a Lei 11.662/08, que reduziu em uma hora a diferença entre Acre, Amazonas e Pará e o horário de Brasília. Apenas a população do Acre foi consultada, em 2010, rejeitando a alteração.

Com o resultado, o Congresso Nacional aprovou lei determinando o retorno à situação anterior. A proposta foi vetada, com o argumento de que as populações do Amazonas e Pará não foram consultadas. Nova consulta deverá encerrar a polêmica, diz Anibal.

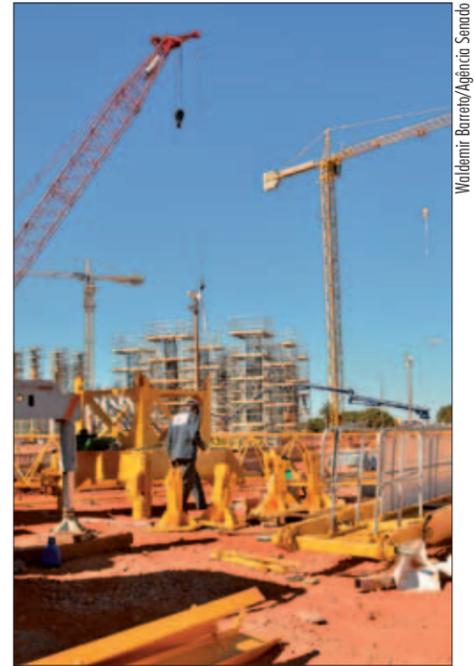
Presidente do Senado garante que proposta sobre eventos esportivos que serão realizados no Brasil em 2013 e 2014 tramitará com celeridade quando chegar à Casa

## Lei Geral da Copa será prioridade no Senado, diz Sarney

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, disse que a Lei Geral da Copa terá prioridade na Casa. A proposta, que ainda precisa ser votada pela Câmara, estabelece direitos e obrigações temporárias da entidade máxima do futebol ligados à realização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014) no Brasil.

— Com os prazos que nós temos, na hora que chegar, daremos, imediatamente, grande celeridade, uma vez que a realização da Copa é muito importante para o país — disse Sarney.

Os líderes da Câmara não chegaram a acordo para votar o projeto (PL 2.330/11) na terça-feira. O presidente da Câmara, Marco Maia, disse que não há mais polêmicas sobre a lei, mas informou que diversos deputados pediram o adiamento da votação até que seja definida uma data para votar o novo Código Florestal (PL 1.876/99).



Obras de reforma do Estádio Nacional de Brasília, uma das sedes da Copa 2014

## Sediar Copa do Mundo não é compatível com “fanfarronice”, afirma Dornelles

O Brasil não foi obrigado pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) a receber a Copa do Mundo de 2014, se candidatou a sede do evento e precisa cumprir os compromissos que assumiu, disse Francisco Dornelles (PP-RJ). O senador lamentou as demonstrações de descontentamento do governo brasileiro com as críticas da Fifa ao atraso nas obras de preparação para a Copa.

— O Brasil pleiteou a realização da Copa de maneira legítima e a conquistou, assumindo compromissos de vulto, tanto de natureza financeira quanto de gestão — argumentou.

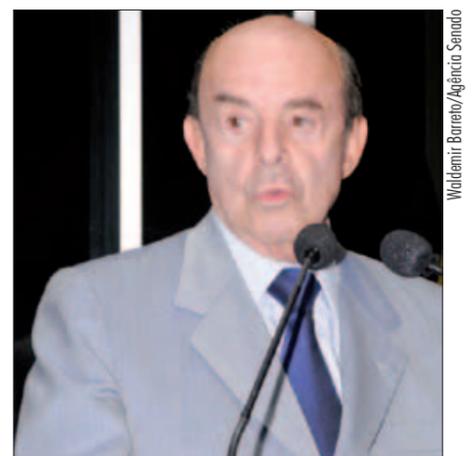
Dornelles afirmou ser evidente o atraso nas obras, especialmente nas áreas de aeroportos, expansão da rede hoteleira e mobilidade urbana.

— Além disso, os investimentos na Copa de 2014 são previstos pelo governo em torno de R\$ 26 bilhões, valor bem menor que o estimado pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base [Abdib], de até R\$ 117 bilhões. A diferença, no mínimo,

sugere forte discrepância nos métodos de cálculos das despesas — criticou.

Para Dornelles, o Brasil deveria assumir as dificuldades, já que desentendimentos com a Fifa podem atrapalhar a realização da Copa e que as “bravatas” do Brasil são inúteis, não ajudam no desafio de organizar o evento.

— A Copa do Mundo 2014 não comporta fanfarronice — concluiu.



Dornelles: Fifa precisa cobrar compromissos

## Rolleberg destaca a reunião de legisladores de 190 países sobre Rio+20

Delegações parlamentares de 190 países são esperadas na Cúpula Mundial de Legisladores, de 15 a 17 de junho no Rio de Janeiro, antecedendo a Rio+20. A reunião é inédita e tem, entre seus objetivos, estabelecer um processo permanente de acompanhamento e fiscalização dos compromissos assumidos pelos chefes de Estado na conferência das Nações Unidas.

Segundo Rodrigo Rolleberg

(PSB-DF), a ideia é que, a cada dois anos, esses parlamentares possam se reunir para acompanhar a implementação das convenções relativas ao desenvolvimento sustentável assumidas na Rio+20. A Cúpula também objetiva envolver os ministros da Fazenda na discussão de capital natural, em duas vertentes: no pagamento por serviços ambientais e na valoração dos recursos naturais, explicou o senador.

Emenda de Cícero Lucena a projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais autoriza ausência do emprego por até oito horas por mês para realização de provas de concursos públicos

# Trabalhador poderá ser liberado para concurso

OS TRABALHADORES PODERÃO conquistar o direito de se ausentar do emprego por até oito horas por mês para realizar provas de concursos públicos. Projeto com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário, a matéria (PLS 220/11) segue para a Câmara dos Deputados. O projeto, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi apresentado pelo senador Itamar Franco (PPS-MG), falecido em 2011.

A proposta inicial garantia o benefício para a realização de

provas pelo empregado matriculado em estabelecimento de ensino regular. A possibilidade de ausência para prova de concurso foi incluída no projeto por emenda do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB).

## Comerciário

Já o projeto que regulamenta a profissão de comerciário, aprovado no dia 14 deste mês, retornou à comissão para adequação redacional. Foi detectada divergência entre anexo do parecer aprovado e o constante do Quadro de Atividades e Profissões, integrante da CLT.

O anexo foi retirado pelo

relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), sem que houvesse modificação no teor do projeto.

A proposição (PLS 115/07) é de Paulo Paim (PT-RS) e tramitava de forma conjunta com proposta semelhante (PLS 152/07) de Pedro Simon (PMDB-RS).

O texto aprovado é resultado de entendimentos entre os autores e representantes patronais e dos trabalhadores do comércio. A categoria envolve cerca de 7,3 milhões de profissionais no país.

Como a proposta recebeu decisão terminativa, deverá seguir agora diretamente para exame da Câmara.



Ricardo Ferraço fará voto em separado na CCJ ao projeto de reforma administrativa

José Cruz/Agência Senado

## Ferraço defende estrutura mais enxuta para o Senado

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que vai continuar defendendo proposta alternativa para a reforma administrativa do Senado.

A intenção do senador é realizar redução na estrutura da Casa ainda maior do que a defendida por Benedito de Lira (PP-AL), relator da proposta (PRS 96/09) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto constava da pauta da CCJ de ontem, mas a votação foi adiada devido à realização de sessão extraordinária no Plenário para votação de matérias da reforma política. O Regimento Interno do Senado determina que as comissões devem suspen-

der ou encerrar os trabalhos quando o Plenário se reúne na mesma hora.

No voto em separado que pretende apresentar à comissão, Ferraço reduz as funções comissionadas (ocupadas por servidores efetivos) de 2.072 para 914. Para os cargos em comissão (de livre provimento), prevê 1.219 em vez dos atuais 1.499.

Ricardo Ferraço retoma as diretrizes do substitutivo que ele próprio apresentara no ano passado, como relator, à subcomissão criada especialmente para examinar a reforma administrativa. O parlamentar argumenta que as estruturas do Senado estão "agigantadas e ultrapassadas".

O presidente da CAS, Jayme Campos (E), ao lado de Waldemir Moka e Cícero Lucena em reunião da comissão



Márcio Kalume/Agência Senado

## Mozarildo lamenta que haja racismo em pleno século 21



Waldemir Barreto/Agência Senado

O Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, comemorado ontem, foi estabelecido para lembrar massacre na África do Sul em 1960, quando 60 negros foram mortos e centenas ficaram feridos em protesto pacífico contra a segregação racial. A história foi lembrada em Plenário por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

— Infelizmente a discriminação racial permanece em pleno século 21 — lamentou.

O senador ressaltou que, segundo dados do IBGE em 2010, negros e pardos são mais da metade da população brasileira: 51,07%. Ele destacou que o Brasil é fruto da miscigenação e se declarou contrário a todo tipo de discriminação, mas fez a ressalva de que não se deve politizar a defesa das minorias.

## Lídice da Mata pede reflexão sobre discriminação racial

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou ontem a passagem do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Ela ressaltou que, diante das muitas "distorções sociais" ainda existentes no país, não se pode considerar a data como "comemorativa". Para ela, o dia serve para que sociedade e governo reflitam sobre as dificuldades enfrentadas por afrodescendentes e outras etnias.

Ela explicou que a data foi criada em 1976, pela Organização das Nações Unidas (ONU), para lembrar o massacre ocorrido em 1960, em Joanesburgo, África do Sul. Na ocasião, 69 pessoas foram assassinadas pelo exército em protestos contra a "Lei do Passe", que obrigava a população negra a apresentar uma identificação específica para circular pelo país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Pedro Taques quer autonomia para defensorias públicas da União e do DF

Em discurso no Plenário, ontem, Pedro Taques (PDT-MT) pediu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 82/11, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que dá autonomia às defensorias públicas da União (DPU) e do Distrito Federal. As defensorias estaduais têm autonomia desde 2004. Por isso, Taques quer isonomia entre estados, União e Distrito Federal.

Taques disse que há cerca de 480 defensores públicos federais no Brasil e quase 8 mil advogados públicos federais, que defendem os



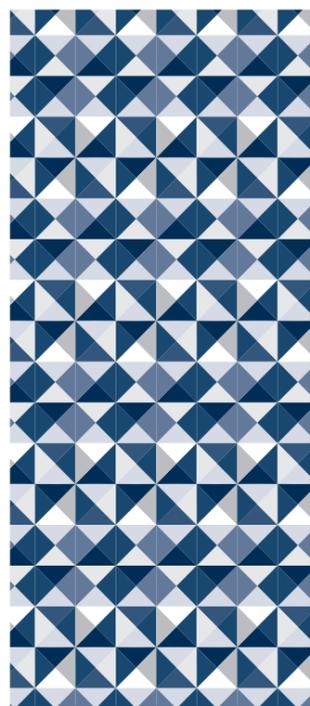
Waldemir Barreto/Agência Senado

interesses da União. Esses números revelam, segundo ele, a necessidade de estruturação da DPU.

— A defensoria viabiliza o exercício do contraditório e da ampla defesa e presta assessoria jurídica à população mais carente — declarou.

## Ferrovia

O senador informou que a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realiza hoje audiência para debater a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Para ele, a ferrovia será importante, pois alcançará o Oceano Pacífico.



Comissão de Reforma do Código Penal

# Audiência Pública

Tema: dos crimes contra a administração pública

Conheça o projeto em discussão, participe, use a palavra, dê sugestões. Cadastre-se pelo endereço: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) ou ligue: (61) 3303-3490

**Dia 23 de março, às 9h**

Sala de Sessões Plenárias | Térreo do Tribunal Superior do Trabalho | Brasília

